

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Duarte.

O Sr. **Pedro Duarte** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: No momento em que este Parlamento discute uma proposta que prevê o alargamento do leque de opções na utilização de ferramentas informáticas nesta Casa, o PSD não pode deixar de começar por afirmar um princípio para si inquestionável: estamos e estaremos sempre do lado da liberdade de escolha; acreditamos na liberdade de escolha e recusamos todas as imposições e restrições injustificadas a esta mesma liberdade. Assim, em coerência, subscrevemos todas as medidas que possam alargar este princípio de liberdade de escolha.

Naturalmente, para nós, o aumento da disponibilidade de diferentes opções de *software* ao nível de cada utilizador é, obviamente, um passo virtuoso.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD) — Muito bem!

O Sr. **Pedro Duarte** (PSD): — Aliás, a este respeito, vale a pena evocar o esforço dos últimos governos do PSD nesta matéria. Em 2004, pela primeira vez, um programa de Governo previu «(...) acções de cariz interministerial, a implementar no âmbito do Governo (...) de apoio à divulgação de *software* aberto na Administração Pública». Registe-se também os avanços e incentivos igualmente promovidos, à época, no âmbito do trabalho desenvolvido no seio da unidade de missão para esta área, a UMIC.

Ainda em 2004, o PSD deu um outro sinal positivo para o desenvolvimento do *software* livre, ao não obstar a aprovação, aqui mesmo, na Assembleia da República, de uma resolução que recomendava ao governo de então a tomada de medidas neste domínio.

Contudo, apesar de alguns interessantes *case-studies* na nossa Administração Pública, o balanço desta iniciativa está ainda por fazer. Por parte do Governo Socialista — talvez inebriado pela visita de Bill Gates — não temos sentido uma verdadeira «vontade política» que impulse a instalação deste tipo de *software*.

Ainda recentemente assistimos à deslocação de quase todos os membros do Governo pelo País para entregarem às escolas algumas centenas de computadores portáteis, que transportaram nas bagageiras das suas viaturas oficiais, e não consta que em algum destes portáteis tivesse sido instalado um sistema operativo *open source*, apesar de o Governo o ter prometido numa conferência sobre o *software* livre.

O PSD reconhece hoje, como no passado, a importância do desenvolvimento do *software* livre e o que isto representa no acesso às tecnologias da informação e da comunicação. Assim como reconhece os princípios gerais do *software* livre, como seja o «acesso ao código fonte» e a «livre distribuição das licenças», ou mesmo as vantagens associadas, comumente aceites, das quais refiro apenas os baixos custos, em princípio, do licenciamento e de controlo das licenças ou o rápido desenvolvimento e correcção de falhas detectadas nas aplicações.

Contudo, e independentemente dos casos que vão surgindo um pouco por todo o mundo, os riscos associados ou desvantagens também são de todos conhecidos. A possibilidade de proveniência duvidosa de alguns produtos, fraca documentação de suporte ou mesmo de suporte técnico, problemas de instalação de novas aplicações ou na configuração de algum *hardware* e a «incerteza estratégica» são alguns destes exemplos. É portanto, fundamental, assegurar a segurança e a fiabilidade dos sistemas operativos e das ferramentas de produtividade, para além de, naturalmente, se impor sempre uma rigorosa análise custo/benefício.

A iniciativa que hoje aqui discutimos é, ainda assim, oportuna e útil. Contudo, temos de o afirmar, não podemos subscrever a filosofia intrínseca e evidente em algumas passagens deste projecto de resolução do PCP.

É para o PSD óbvio que devem ser colocadas perante o utilizador, seja na Assembleia da República, seja no âmbito da Administração Pública, diferentes opções para utilização. Mas devem ser isto mesmo: opções de utilização.

Não concordamos que àquilo que alguns consideram «a ditadura do *software* proprietário» se imponha agora «a ditadura do chamado *software* livre».

Vozes do PCP: — Não é nada disso!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Se é livre, não é ditadura!

O Sr. **Pedro Duarte** (PSD): — Ao ler-se o projecto de resolução fica-se com a clara sensação que é, no fundo, a «adopção plena e exclusiva»...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Não é!

O Sr. **Pedro Duarte** (PSD): — ... que o PCP busca num prazo mais ou menos curto.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Muito bem!

Vozes do PCP: — Não é!...

O Sr. **Pedro Duarte** (PSD): — É este o verdadeiro objectivo e, como tal, nós não podemos concordar.

Nos últimos anos, o *software* livre desenvolveu-se de forma muito evidente, bem como a posição das empresas de *software* proprietário, que começam, elas próprias, a reconhecer algumas vantagens do *software* livre, sobretudo na área dos servidores.

Hoje, é possível programas de *software* livre utilizarem diferentes ferramentas de *software* proprietário — parte da pretensão do PCP está, assim, felizmente, já satisfeita.

Há, hoje, por exemplo, soluções informáticas que permitem a cada utilizador no seu posto de trabalho, ao ligar o seu PC, seleccionar o sistema operativo a que melhor se adapta e as ferramentas de trabalho que deseja utilizar.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Mas isso não acontece por milagre, tem de ser instalado!

O Sr. **Pedro Duarte** (PSD): — Vale, portanto, a pena aprofundar e disponibilizar estas soluções.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Pelo nosso lado, acreditamos na liberdade de escolha do sistema operativo por parte de cada utilizador.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Duarte** (PSD): — Assim, não consideramos razoável que seja o PCP ou o conjunto dos Deputados a decidir o que é «melhor» para a «colectividade» mas, pelo contrário, acreditamos que cada um deve poder escolher, em liberdade, o que é melhor para si e qual o sistema que lhe garante maior produtividade.

O Sr. **Agostinho Branquinho** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Duarte** (PSD): — Resumindo: esta iniciativa do Partido Comunista Português tem o seu mérito. Contudo, tem uma filosofia intrínseca que o PSD não pode subscrever.

Fazemos, assim, votos que esta Assembleia aceite as propostas de alteração que, entretanto, deram entrada na Mesa e que visam, no fundo, enfatizar os pontos positivos deste projecto de resolução e expurgar os elementos que, na nossa óptica, pervertem o princípio da liberdade de escolha.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Pedro Duarte** (PSD): — Aliás, estamos convencidos de que as propostas de alteração que apresentámos na Mesa tornam o texto até mais coerente com as palavras e as intenções manifestadas na intervenção do Sr. Deputado Bruno Dias, do Partido Comunista Português. Estou certo, assim, de que, eventualmente por unanimidade, possamos, com estas alterações, estar em condições de contribuir para um avanço e um salto tecnológico nesta Assembleia da República.

Aplausos do PSD.